

5 JUL 1990

O túnel do tempo

JORNAL DE BRASÍLIA

Allan Madsen

Os brasileiros que pensam em deixar o País poderão alegar uma batelada, de motivos para fazê-lo nos próximos meses. Mas certamente não poderão queixar-se de tédio. O tempo vai correr vertiginosamente daqui até a posse dos eleitos em outubro. Em ritmo de montanha russa, o País vai atravessar um túnel do tempo desenhado na forma de labirinto, cujas saídas desembocam ou num cenário de caos social, econômico e institucional ou no de uma consistente retomada do crescimento econômico sinalizado por um Estado inteiramente reformado — moderno e liberal, construído à imagem e semelhança das social-democracias européias.

As duas saídas são apontadas, na verdade, por uma parcela não muito numerosa de cidadãos: a dos que apostam todas as suas fichas no fracasso completo ou no sucesso absoluto do governo Collor com suas lunetas apontadas para o curto e médio prazos de um governo que em março de 91 ainda terá pela frente quatro anos de mandato. Este período de tempo, entre oito e doze meses desde a posse do presidente Collor, é realmente crucial. Teremos nele o teste de viabilidade que frustrou-se depois de prometido para os primeiros cem dias de governo. As resistências de ordem

política, econômica, cultural e institucional ao projeto collorido terão sido medidas de forma mais precisa e o tumulto da campanha eleitoral terá sido superado.

Definida a nova composição do Congresso Nacional e os nomes dos governadores eleitos, o País poderá enfim dispor de elementos para tentar identificar a cor de seu futuro. Será o momento para uma tomada de decisão por parte de uma grande, enorme parcela da cidadania que até lá vai caminhar perplexa e sem rumo definido. Esta parcela da população é composta, basicamente, por aqueles que, numa perspectiva “burguesa” da história, são os primeiros responsáveis pelo movimento de uma nação em direção ao futuro — os donos de capital e os formadores de opinião.

A perplexidade destes agentes econômicos e sociais, na verdade um avanço com relação ao maniqueísmo imposto por anos de ditadura, traduz a inexistência de um movimento majoritário de oposição ao governo. Mas, por outro lado, apresenta também a negativa de um entusiasmado engajamento por parte daqueles agentes no projeto encarnado por Collor. Este engajamento, em maior ou menor escala, era tido como certo pela equipe de

governo e a sua ausência constitui um fardo pesado: como conduzir a bom termo um projeto de profunda reforma da economia e do Estado sem o amparo de setores expressivos e bem organizados da sociedade?

Collor tenta compensar a falta deste amparo com demonstrações de obstinação em alcançar suas metas e pequenas doses de concessão ao diálogo e à negociação. “É uma questão de tempo até que vocês se deem conta de que a utopia é realizável”, parece dizer o presidente. “A dor será intensa, mas breve; depois virá o alívio e o crescimento”, promete — em outras palavras — a equipe econômica do governo. A perplexidade, contudo, resiste, alimentada pela recessão e pelo desemprego. Enquanto isso surgem perigosos sinais de que as oposições não estão erradas ao apontar como consequência do projeto do presidente Collor — ou como um de seus componentes intrínsecos — o agravamento da concentração da renda no País. Estes sinais apontam entre os beneficiários desta concentração o mais poderoso segmento da economia nacional — as empreiteiras de obras públicas patrocinadas por um Estado que, supostamente, pretende-se reformar.